Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

DIÁRIO *inconveniente*

Saúde ou SATA?

As contas já foram feitas pela Direcção Geral do Orçamento e replicadas pelo Governo da Madeira: no ano passado o peso das despesas afectas ao combate à pandemia foi maior no arquipélago vizinho (10%), enquanto nos Açores foi de apenas 3,9%, mesmo assim ligeiramente acima da média do país, que se quedou pelos 3,3%, se incluirmos os valores despendidos pela Segurança Social.

Os dados estão incluídos nas contas do Procedimento dos Défices Excessivos, onde se observa que a Madeira gastou 137,5 milhões de euros nas medidas contra o Covid-19, o que é um esforço significativo mesmo em termos de peso sobre o PIB, enquanto os Açores utilizaram mais esforço para a cura da SATA, que já nos absorveu dois empréstimos garantidos, um de 65 milhões de há dois anos, e o de agora, com 132 milhões (tanto quanto a Madeira gastou no combate à pandemia no ano passado).

Ou seja, o contributo da SATA para a dívida regional já vai em 197 milhões de euros, nada comparado com o que gastamos em medidas para mitigar a crise pandémica.

Mesmo na área da Segurança Social, tanto o governo da República como o dos Açores, parecem ter poupado mais na aplicação de medidas de apoio, a julgar pelos valores do peso no PIB.

Se na Madeira a despesa relativa às medidas covid em Segurança Social representa 3,5%, dos 3.981,1 milhões de euros, nos Açores foi de apenas 1,3% (no universo de 4.143,2 milhões de euros), uma décima abaixo dos gastos nacionais.

Na República, a única explicação para um investimento tão baixo no combate à pandemia é a obsessão no Ministério das Finanças em controlar o orçamento para apresentar em Bruxelas o floreado da saída do défice excessivo.

Jorge Sampaio criou a célebre expressão de que há mais vida para lá do défice.

Hoje, os portugueses devem estar a pensar que há mais saúde para lá do défice.

Para a baixa execução nos Açores a explicação poderá ser outra e terá a ver com opções políticas então tomadas: salvar a SATA a todo o custo, mesmo que isto implique a falta de recursos para outras despesas, como é o caso do combate à pandemia.

Trata-se de uma opção respeitável politicamente, mas que custa a engolir por quem está a passar por imensas dificuldades no meio deste turbilhão pandémico.

Urge, por isso, corrigir rapidamente a trajectória.

O actual Governo Regional não pode poupar em medidas de apoio à economia e às famílias, mesmo que isto nos custe um agravamento nas contas públicas, que, aliás, tem sido francamente ascendente na última década.

Ir à procura de outras alternativas, como é o caso do episódio das vacinas, não olhando a meios, é um bom sinal, mesmo que isto custe alguns engulhos à República.

O mais provável é não conseguirmos nada ou muito pouco, mas ao menos tentamos, porque de um governo central que tem menosprezado as Autonomias e com ministros como Augusto Santos Silva, o expoente máximo do centralismo provinciano, o tal que, faz hoje uma década, arrastou-nos com o seu amigo Sócrates para a falência, não se pode esperar nenhuma ajuda ou colaboração na procura de soluções externas.

Não será fácil a tarefa dos governantes regionais daqui para a frente.

Mas rebaixar-nos aos tiques centralistas em troco de dinheiro, nem pensar.

A divisa açoriana "antes morrer livres..." vai aparecer muitas vezes nos próximos tempos.

Problemas de fossas

Por José Raposo

O balanço que se vai fazendo de 24 anos de governação socialista é cada vez mais assustador.

É a pobreza, é o esbanjamento no SPER, é o insucesso escolar, é a divergência dos níveis de desenvolvimento nacional e europeu, é o endividamento galopante, etc., etc., etc.

Se tudo isto não bastasse, começamos agora a perceber que temos um problema de fezes. Não é um problema da merda, é mesmo um problema de fezes, como bem o caracteriza o Presidente da CMVFC, o principal protagonista do SOS Lagoas, antes de entrar na política.

Os alertas têm sido dados aqui e ali, com uma intensidade de referências maior no verão passado com a constatação de que as águas à volta do Ilhéu de Vila Franca estavam contaminadas com matéria fecal.

A primeira tentação foi avançar com a teoria das gaivotas - coitadas!

Eram mesmo fezes humanas lançadas ao mar sem qualquer tratamento primário ou secundário.

A pergunta que imediatamente vem à cabeça é se foi para isso que se esventrou cada freguesia de cada cidade, rua atrás de rua, com dinheiro comunitário? Estávamos erradíssimos quando julgamos que se tratava de um processo de substituição das velhas fossas sépticas por uma rede de tratamento de resíduos.

Se o problema de Vila Franca é um caso recente, existem outros já com barbas, em S. Miguel e em outras ilhas.

Só de memória, dos que são públicos, a baía de Angra do Heroísmo tem registado episódios anuais de contaminação; o Monteverde, na Ribeira Grande, igualmente; a Baixa-da-Areia, na Calheta, idem aspas. E os esgotos do Porto Formoso, já foram devidamente resolvidos?

É um rol demasiado grande de ocorrências que nos fazem perguntar em que estádio está o tratamento das águas residuais em todas as as ilhas dos Açores, em particular nos centros urbanos maiores?

É caótico pensar que andamos a vender ao turismo como uma região onde impera uma natureza exuberante e limpa.

E de facto impressionamos na forma como limpamos as ruas e mantemos as casa asseadas. Mas, e o mar que é a parte maior da nossa natureza?

Imagine-se as toneladas de dejetos humanos e as toneladas de detergentes e outros líquidos, que utilizamos diariamente e mandamos para os esgotos, que são lançados ao mar!

E andaram para aí os políticos a falar de peito aberto na sustentabilidade ambiental.

Os episódios referidos não só nos envergonham como comprometem a imagem dos Açores.

Impõe-se que o Governo tome conta da ocorrência estabelecendo um programa sério de efetiva recuperação ambiental dos danos que têm vindo a ser provocados por uma gestão descuidada das águas residuais nos Açores, em efetiva parceria com as Câmaras Municipais.

E já agora, que faça o mesmo com os resíduos sólidos urbanos.